

Índice

Ajudas aos sem abrigo: casa ou cheque?	1
Os trolls invadem os comentários na imprensa digital.....	2
Diaconisas na sociedade moderna.....	3
“A Força da Verdade”	4

Ajudas aos sem abrigo: casa ou cheque?

Os albergues têm sido tradicionalmente a “rede de atendimento primário” para os sem abrigo. Um recurso de emergência, mas não uma solução definitiva. Costumam oferecer programas intensivos de recuperação: não só procuram proporcionar um lugar onde abrigar-se, como enfrentar as causas profundas da situação.

Por isso, nas últimas décadas, as iniciativas políticas focaram-se em conseguir que os sem abrigo voltem a ter uma casa própria. No Reino Unido, onde o governo aprovou um montante orçamental de 115 milhões de libras em ajudas a albergues e outras instalações para pessoas sem casa, várias instituições de beneficência e meios de comunicação pediram que esse dinheiro seja destinado mais para políticas de habitação acessível.

Esta abordagem centrada em proporcionar aos sem abrigo uma casa em primeiro lugar, e depois responder ao resto dos problemas, denomina-se *Housing First*. A ideia baseia-se na premissa de que quanto maior for o tempo passado em instalações de emergência (albergues, acampamentos ou a própria rua), mais difícil será para um *homeless* integrar-se novamente na sociedade. E, pelo contrário: ter um lar próprio constitui a base necessária para poder construir uma recuperação efetiva ([“Aceprensa”, 28.10.2014](#)).

Uma variante do *Housing First* (HF) é aquilo a que se chamou *Rapid Re-Housing* (RRH). Também foi fixado como objetivo dar aos sem abrigo uma casa quanto antes, mas com várias diferenças: enquanto o HF está pensado sobretudo para *homeless* crónicos, estes outros programas são dirigidos a

todos; a ajuda económica que é oferecida para pagar o aluguer é mais limitada no tempo (menos de um ano); além disso, não costuma incluir os serviços complementares – assistência na saúde, psicológica, financeira e laboral – que são contemplados no HF.

Além destas duas abordagens, centradas na oferta de uma casa estável para os sem abrigo, há o programa das casas transitórias (TH, nas suas siglas em inglês), que tradicionalmente tem sido o complemento natural dos abrigos de emergência em muitos países: depois de tirar os *homeless* da rua, e de lhes proporcionar um tempo de recuperação numa instalação de beneficência, são dirigidos para casas provisórias (ajuda com uma duração de dois anos).

Outra possibilidade é dar às pessoas sem abrigo um cheque para serem elas a gerirem o aluguer da sua casa. Um relatório da OCDE, sobre a [acessibilidade da habitação nos países desenvolvidos](#), refere várias limitações desta abordagem em relação às centradas na “habitação social” (as três anteriores): pode levar a que suba o preço do metro quadrado, porque aumenta a procura sem aumentar a oferta; é provável que os recetores do dinheiro não consigam alugar devido à desconfiança que gera a sua instabilidade económica nos potenciais arrendatários; não garante uma qualidade mínima da casa, e se os pagamentos não forem condicionados, podem ser usados para outros fins.

Contudo, os cheques para habitação são, de acordo com um [relatório](#) encomendado pelo Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos, o método mais eficaz para ajudar os sem abrigo, e também o preferido por eles.

O estudo compara esta abordagem com outras duas políticas “ativas”, o RRH e o TH, e com uma “passiva”: não orientar o

sem abrigo para nenhum dos programas anteriores. Tanto os cheques, como o RRH e as casas transitórias reduzem, em relação à opção passiva, o tempo que o sem abrigo passou em albergues ou na rua durante os 20 meses posteriores ao início do estudo. Diminuem igualmente os efeitos negativos a longo prazo: rutura da família, episódios de violência doméstica, o consumo de álcool e drogas.

Todavia, ao comparar as políticas ativas entre si, a opção dos cheques é a que proporciona maior estabilidade no lar (menos mudanças de casa), escolar (para os filhos de famílias *homeless*) e outros benefícios a longo prazo. O único ponto negativo em relação às outras duas políticas é que reduz o envolvimento laboral dos recetores do dinheiro: trabalham menos, e fazem um menor esforço para encontrar um emprego.

Pelo contrário, a política do *Rapid Re-Housing*, embora seja a mais barata (medindo a despesa por pessoa e mês), mal consegue reduzir o tempo que os sem abrigo passaram em albergues ou na rua nos 20 meses posteriores à entrada no programa. Apesar de pretender oferecer estabilidade, os dados mostram que não o consegue na prática. Ainda assim, esta opção é mais eficaz do que a das casas transitórias, que consegue resultados parecidos com um custo muito maior para os cofres públicos.

F.R.-B.

Os trolls invadem os comentários na imprensa digital

A Internet tornou possível, realmente, que o público se faça ouvir e debata os temas levantados pelos meios de comunicação. Mas, muitas vezes, a participação na imprensa digital é dominada por leitores, conhecidos por *trolls*, que colocam comentários ofensivos, grosseiros, sectários.

É um problema conhecido, mas não se falava muito dele. Até que o *"The Guardian"* quis provocar um debate público ao divulgar a sua experiência com os comentários rudes ou agressivos, convidando outros meios a seguirem o seu exemplo, tornar conscientes os leitores sobre a situação e suscitar propostas para soluções.

O diário londrino descreve o problema graças ao estudo que fez sobre os comentários recebidos nos últimos 16 anos, até março de 2016. São 70 milhões no total, e deles apenas uma pequena parte, 2 %, foram apagados pelos supervisores do jornal. Alguns eram simplesmente *spam* ou não tinham a ver com o tema do artigo, mas a maioria eram ofensivos. Ameaças

de morte ou de agressão física quase não houve. O caso mais frequente é o de ataques ou mostras de desprezo para com os autores dos artigos ou de outros comentários. Um exemplo é o dirigido a uma muçulmana britânica que dizia ter sofrido por causa de preconceitos contra as pessoas muçulmanas: "Casa-te com um combatente do ISIS e verás o que é bom", escreveu um *troll*.

A outra categoria principal é a de comentários contra grupos: xenófobos, racistas, sexistas... A propósito de uma notícia sobre os naufrágios de imigrantes no Mediterrâneo, houve «pérolas» como esta: "QUE SE AFOGUEM TODOS!" (assim: com maiúsculas).

O *"The Guardian"* pormenoriza que tipos de artigos costumam despertar tais explosões de comentário. Por temas, o que atrai mais os *trolls* é, tradicionalmente, o conflito palestino-israelita. Mas, nos últimos tempos, foi igualado por outros: imigração, feminismo, violação. Por secções, as mais atacadas são Internacional, Opinião, Ambiente e Moda.

Além do tema, tem influência o sexo de quem assina o artigo. Em conjunto, as mulheres receberam mais insultos do que os homens. E quanto mais predominam os homens numa secção (casos extremos: Desporto e Tecnologia), mais atacadas são as jornalistas que escrevem nela. Ora, o sexismo é nos dois sentidos: a secção de Moda, onde os homens são minoria, é uma das poucas onde eles são mais ofendidos do que elas.

Até agora, os meios de comunicação que fizeram alguma coisa, tiveram diversas reações. Uns reforçaram a vigilância, com equipas de pessoas dedicadas dia e noite a rever os comentários: é o caso do *"The New York Times"* ou do próprio *"The Guardian"*. Outra possibilidade é montar um sistema semelhante a um fórum supervisionado, e restringir os comentários a utentes registados, que têm de dar – mesmo que não se tornem públicos – os seus verdadeiros nomes: isto alivia a carga dos monitores, mas não permite prescindir deles. Ambas as soluções só são acessíveis a títulos com abundantes recursos.

Outros, incluindo alguns grandes, como a Reuters ou a secção de Desporto do *"USA Today"*, [eliminaram os comentários](#). Uns reconhecem claramente que não têm meios suficientes para filtrá-los como se deve ou consideram um desperdício gastar nisso. Vários salientam que os comentários e trocas de opiniões emigram para as redes sociais, onde se enquadram muito melhor do que num jornal.

Também costumam avançar com outras razões, em vez ou além dessas. O *"USA Today"* alega que a sua secção de Desporto é lida maioritariamente em dispositivos móveis, suporte inadequado para escrever comentários. O diretor da *"The Week"* explica que os comentadores eram relativamente poucos – muito menos de 1 % do público –, e uma minoria muito ativa deles havia assumido o poder: "Em demasiados casos, os comentários dos meios de comunicação são sequestrados por um pequeno grupo de comentadores com

pseudônimo, que substituem o diálogo inteligente e racional por violentos insultos pessoais e temas sectários”.

Conceberam-se outras fórmulas. A “Tablet”, uma revista norte-americana de cultura judaica, optou por [cobrar aos que queiram fazer comentários](#). Nos primeiros três meses inscreveu-se uma centena de assinantes.

Uma nova empresa, a [Civil Comments](#), facilita a revisão recorrendo ao próprio público. Se um meio de comunicação confia os seus comentários à plataforma da Civil, o leitor que queira avançar com um, tem primeiro que avaliar antes dois enviados, escolhidos ao acaso, e fazer o mesmo com o seu próprio. O segundo serve para que o leitor “esfrie a cabeça” antes de mandar um comentário incendiário. O primeiro alerta os moderadores sobre os contributos provavelmente inadmissíveis, sem necessidade de os examinar a todos. O resultado, ao que parece, é: menos comentários, mas de melhor qualidade.

Talvez isto seja a tendência do futuro. O Nieman Lab, um instituto de jornalismo da Universidade de Harvard, vaticina, entre outras previsões, uma mudança de mentalidade em relação aos comentários. Os responsáveis dos meios de comunicação passarão a considerá-los colaborações, [diz Andrew Losowsky](#), diretor do Coral Project, dedicado a estudar o assunto. Termina a época do “Diga o que quiser, seja lá quem for”. Os meios de comunicação irão concentrar-se e motivar a minoria do público que pode dar contributos valiosos. Vão querer saber: “Como podem contribuir os nossos leitores mais fiéis para o debate, para informar, para o trabalho dos nossos jornalistas?”. Os meios de comunicação vão querer distinguir-se das redes sociais, e em vez de delegar nestas a participação do público, recomeçar conversas de outro tipo.

R. S.

Diaconisas na sociedade moderna

A mulher na Igreja necessita de ser valorizada, não clericalizada.

A resposta do Papa a uma pergunta sobre a possibilidade das mulheres serem diaconisas voltou a lançar um processo já repetido neste pontificado. Diante de uma proposta, o Papa deixa em aberto a possibilidade de estudar uma mudança num terreno com ligação à sensibilidade atual. Os títulos jornalísticos transformam o estudo em decisão e dão por adquirido que o Papa quer a mudança. As reportagens do dia seguinte vão mais além e vaticinam que é o primeiro passo

para o sacerdócio feminino. O Departamento de Imprensa do Vaticano tem de deitar água na fogueira e Lombardi esclarece que “o Papa não disse que pretende introduzir a ordenação diaconal das mulheres”. Os que pensam que o Papa Francisco partilha as suas ideias para a mudança na Igreja, asseguram que o reformismo do Papa é travado pelos conservadores que colocam obstáculos.

Um pouco mais de calma e memória ajudaria a situar o assunto no seu contexto. O Papa disse numa resposta informal que pode ser bom que uma comissão de estudo clarifique se na Igreja atual é possível que haja mulheres que façam as tarefas que na Igreja primitiva estavam a cargo das que nalguns documentos são mencionadas como diaconisas.

Sem antecipar o que possa dizer tal comissão, não é de mais recordar que já o conservador Ratzinger, quando era Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, não teve problemas em encarregar a Comissão Teológica Internacional de fazer um estudo sobre a evolução do diaconato, no qual, entre outras coisas, se tratava do ministério das diaconisas.

Sem pretender avançar com uma conclusão definitiva, o estudo afirmava que as “antigas diaconisas” não eram assimiláveis aos diáconos de hoje, e que o diaconato atual faz parte do sacramento da Ordem, que só pode ser recebido de modo válido pelos homens.

Como o Papa reafirmou mais de uma vez que a Igreja não admite o sacerdócio feminino, as manchetes diziam que as diaconisas poderiam celebrar batismos e casamentos, sacramentos para os quais não é exigido ser sacerdote. Mas será que realmente a Igreja necessita de diaconisas para estas tarefas? Não dá a impressão de que haja crianças que não possam ser batizadas por falta de sacerdotes, nem casais que aguardem impacientes o encontro com um sacerdote para a concretização do matrimónio. De qualquer maneira, em caso de necessidade, qualquer fiel pode batizar e, onde não houver sacerdotes nem diáconos, o bispo pode delegar em leigos para que prestem assistência aos matrimónios (Código do Direito Canónico, c. 1112).

Daí que a ideia das diaconisas não pareça uma exigência das necessidades da Igreja, mas mais o desejo de realçar o papel da mulher na Igreja. Mas aqui também se deveria distinguir entre revalorizar e clericalizar. Por um lado, não se deve esquecer que a ideia das diaconisas é suscitada numa reunião do Papa com as superiores religiosas, e quem faz a pergunta di-lo como uma extensão das tarefas que já realizam as religiosas. Mas a imensa maioria das mulheres na Igreja são leigas, que têm outras atividades e situações de vida. Hoje, mais do que mulheres que batizem, necessitamos de mães dispostas a ter os filhos que irão ser batizados. E mais do que diaconisas que casem, precisa-se de mulheres e homens bem preparados para se casar.

Nada é mais alheio ao pensamento de Francisco que a ideia de que o único modo de fazer algo importante na Igreja é ser clérigo. Já noutra ocasião, a propósito da nomeação de

mulheres cardeais, explicou: "As mulheres na Igreja devem ser valorizadas, não clericalizadas".

Revalorizar o papel da mulher na Igreja não exige dar-lhe mais espaço no altar, mas valorizar mais e contar com a sua opinião em importantes espaços que já ocupam e que em muitos casos dirigem. Dentro da Igreja, muitas vezes são mulheres que transmitem a fé às crianças, as que organizam as atividades de beneficência, as que tornam possível que uma paróquia caminhe, as que mantêm vivas as devoções populares e tantas outras coisas onde o contributo da mulher é insubstituível. Isto acontecia já nas comunidades dos primeiros cristãos, como é refletido pelos Atos dos Apóstolos e pelas cartas de São Paulo.

Mas, sobretudo, se de algo necessita a Igreja neste momento é do testemunho e da ação da mulher católica para essa "Igreja que saia" pregada pelo Papa Francisco. Faz falta a sua influência no ensino, no mundo da moda, na comunicação, na arte, na política, na humanização das práticas empresariais, na conciliação entre trabalho e família, nas relações entre homem e mulher, e em tantos outros âmbitos onde a mulher pode contribuir com essa visão mais elevada trazida pela fé e pela sensibilidade feminina.

Este serviço ("diaconia") no meio do mundo é o melhor contributo da maioria das mulheres na Igreja de hoje.

I. A.

"A Força da Verdade"

"Concussion"

Realizador: Peter Landesman

Atores: Will Smith; Alec Baldwin

Duração: 123 min.

Ano: 2015

As histórias verídicas possuem uma força narrativa que as tornam inspiradoras. Neste caso, tudo gira em redor do médico que já neste século XXI, resolveu investigar o traumatismo produzido no cérebro dos jogadores de "futebol americano", o desporto rei nos EUA. Apesar de ser um jogo praticado há décadas, o efeito das pancadas contínuas nos capacetes dos jogadores nunca tinha sido aprofundado. As investigações

realizadas até à data indicavam que o efeito não era perigoso para a saúde. Além disso, se fosse afirmado o contrário, colocar-se-ia em causa um desporto que é um autêntico negócio...

O médico Dr. Omalu, um emigrante africano a viver em Pittsburgh, vai conseguir provar que é preciso ter cuidado... Analisa casos de ex-jogadores que subitamente vão morrendo. Contrasta os seus resultados com outros peritos. Recebe apoios, mas vê as suas pesquisas ameaçadas quando a Associação de Futebol Americano se opõe. É gozado, caluniado e despedido, sendo alguns dos seus apoiantes levados a tribunal. Ele resiste... até que um dia o suicídio de outro ex-jogador lhe vai dar razão. É que perante "resultados e factos vitais" não há negócio que resista...

Tópicos de análise:

1. Olhar para os mesmos factos de novos ângulos dá outra visão.
2. Lutar por uma "causa" é motivador e aglutinador de esforços.
3. As teorias comprovam-se com factos analisados na prática.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

